



RESOLUÇÃO

O distrito do Porto vive já há vários anos uma crise social grave em resultado de políticas de direita de abandono do aparelho produtivo que teve como consequência o aumento do desemprego e o alastramento da pobreza e da exclusão social.

No presente momento, com mais de 150 mil trabalhadores no desemprego, com o aumento vertiginoso da precariedade e do emprego sem direitos e até clandestino, os trabalhadores e a restante população do distrito, os desempregados, os reformados e outros sectores mais vulneráveis da sociedade, constataam como são totalmente falsas as afirmações de que os sacrifícios para ultrapassar a crise são repartidos por todos.

Na verdade há empresas que acumulam lucros em cima de lucros, portugueses privilegiados que vivem com salários, reformas, prémios e outras remunerações fabulosas e que para trabalhadores, reformados, desempregados e jovens, para os mais carenciados, o governo PS, com o apoio do PDS, CDS e do patronato e ainda com o aval do Presidente da República, apenas reserva cortes nos salários e pensões, cortes nas prestações sociais (subsídios de desemprego, rendimento mínimo, abono de família, apoio social escolar), o aumento do custo de vida (alimentação, vestuário, medicamentos, exames médicos, scut's, energia, transportes, custas judiciais e outras taxas do estado), desemprego, precariedade e bloqueio na contratação colectiva.

Constata-se ainda a tentativa por parte do governo PS/Eng. Sócrates, com o aplauso de toda a direita e do patronato, de não cumprir o acordo firmado em 2006 sobre a evolução do Salário Mínimo Nacional e a sua fixação nos 500€ em Janeiro próximo, confirmando-se que estamos na presença de um governo que apenas obedece às exigências das empresas e do grande patronato e resiste a cumprir os acordos da Concertação Social.

Algumas decisões da reunião de ontem do Conselho de Ministros, visando atacar o direito da contratação colectiva, facilitar e embaratecer os despedimentos, são outras medidas que, definitivamente, identificam o actual governo do PS por lado, como o parceiro privilegiado do patronato e do grande capital, e por outro lado, o mais feroz adversário dos direitos dos trabalhadores, pelo que os presentes nesta concentração decidem:

1. Denunciar e repudiar vivamente o comportamento deste governo PS, pela política injusta, imoral, antidemocrática e anti-social que vem praticando, curvado aos interesses dos ricos e poderosos;

2. Denunciar, igualmente, a cumplicidade do PSD e CDS que, hipócrita e oportunistamente, contestam as medidas que o governo PS vai aprovando na Assembleia da República, abstendo-se (PSD) e até votando contra (CDS/PP), mas com as quais concordam;
3. Exigir que o governo assuma as suas responsabilidades e que fixe o Salário Mínimo Nacional em 500 Euros a partir de 1 de Janeiro próximo;
4. Organizar rapidamente junto dos trabalhadores uma campanha de esclarecimento, informação e mobilização para a luta em torno das medidas anunciadas sobre contratação colectiva e despedimentos;
5. Declarar-se totalmente disponíveis para participarem em todas as formas de luta necessárias para travar e inverter esta política de direita.

Porto, 16/Dez./2010